



As variáveis da democracia: caminhos para um processo democrático pleno

Rodrigo Magrani Noro
Universidade La Salle

Tatiana Vargas Maia (Orientadora)

Tipo do trabalho

Comunicação oral e Pôster

Tema

Ciências Humanas

Palavras-chave

Processo democrático, índices de democracia, políticas públicas.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é identificar circunstâncias não compartilhadas entre quatro Estados escolhidos como casos, a fim de compreender como as diferenças encontradas representam a causa, ou parte da causa, da viabilidade do regime democrático.

MATERIAL

Para que se compreenda a real efetividade de um regime democrático, deve-se investigar como funciona esse regime, se ele contempla de forma equitativa todos os seus cidadãos, se permite que o povo seja titular do poder político e se é capaz de colocar em prática sua proposta de democracia. Diversas organizações se preocupam em quantificar os níveis de democracia dos Estados, levando em consideração diferentes fatores que julgam mais pertinentes para um exercício democrático pleno. A análise quantitativa é feita através da formulação de índices, os quais buscam operacionalizar os conceitos acerca da democracia, analisando como a teoria se comporta na prática. São formuladas metodologias para que os dados sejam tratados de maneira coerente, a fim de que se obtenham resultados adequados e confiáveis. Nesta pesquisa, são analisados os seguintes índices: Democracy Index, Fragile States Index e Freedom House Index. Baseando-se na variação das dimensões da democracia (amplitude, igualdade, proteção e caráter mutuamente vinculante) sugerida por Charles Tilly em seu livro "Democracia", quatro Estados foram escolhidos com o intuito de que se identifique, através dos índices supracitados, semelhanças e diferenças no regime político de cada um deles. Para tal análise, também deve ser levada em consideração a capacidade de cada um dos Estados pois, após a interseção de dados dessa natureza com a análise das variações das dimensões da democracia, os países poderão ter seus regimes divididos em quatro grandes tipos: democrático de alta capacidade, democrático de baixa capacidade, não democrático de alta capacidade e não democrático de baixa capacidade. Como componente de cada um desses grupos, foram escolhidos para análise os seguintes países, respectivamente: Noruega, Paraguai, Benin e Emirados Árabes Unidos. O critério utilizado para definir a escolha dos países foi a quantidade similar de habitantes de cada um deles, já que não faria sentido comparar Estados com populações consideravelmente diferentes em quantidade, pois essas diferenças implicam em grandes alterações nos esforços de se



implementar políticas públicas.

METODOLOGIA

O Método da Diferença, proposto por John Stuart Mill, é um modelo indutivo que permite que se façam inferências acerca de conjuntos de circunstâncias. Propõe-se que: "se um fenômeno ocorre em uma instância e não em uma outra, e as duas instâncias têm todas as circunstâncias em comum exceto uma, e a circunstância onde as duas instâncias diferem está presente na primeira e não na segunda, a tal circunstância é o efeito, a causa, ou, necessariamente, parte da causa do fenômeno." Dentro da lógica supracitada, os Estados escolhidos como casos são entendidos como as instâncias propostas por Mill. Assume-se que compartilham de circunstâncias em comum, visto que sua natureza estatal lhes atribui características semelhantes: todos são um território, composto por uma população, sob o poder político de um governo soberano, compartilhando todas as estruturas que calçam o aparato estatal. Todos são unidades funcionalmente semelhantes.

RESULTADOS

Quatro fatores são analisados com maior atenção: corrupção, participação política das minorias, independência do Poder Judiciário e implementação de políticas públicas. Esses fatores foram entendidos como as circunstâncias não compartilhadas, uma vez que, quando se comparam os Estados, elas variam consideravelmente. Tendo em vista que são comparados Estados democráticos e não democráticos, essas circunstâncias representariam, conforme o Método da Diferença propõe, uma das causas, ou parte das causas do fenômeno, qual seja, a viabilidade, ou não, do processo democrático.

CONCLUSÃO

Participação política das minorias, implementação de políticas públicas, corrupção e independência do Poder Judiciário foram as circunstâncias estudadas de forma detalhada. Quanto às duas primeiras, já esperava-se que despontariam como circunstâncias não compartilhadas. Já as duas últimas, apesar de parecem óbvias, não haviam sido imaginadas, em princípio, como causas diretas da plenitude do processo democrático, figurando como conclusões inusitadas. Através da comparação dos casos, quanto menor for o grau de corrupção interna, maior a participação das minorias no processo político, maior o grau de independência do Poder Judiciário e melhor forem implementadas as políticas públicas, mais democrático poderá ser considerado um Estado. Assim sendo, se essas quatro circunstâncias se apresentarem nas condições mencionadas, é muito provável que fatores basilares da democracia já estarão sendo respeitados automaticamente, e o processo democrático interno estará percorrendo um caminho que leva à sua plenitude.